

MACHADO, Irineu

*dep. fed. DF 1897-1911; dep. fed. MG 1912-1914; dep. fed. DF 1915-1916; senador DF 1916-1923 e 1927-1930.

Irineu de Melo Machado nasceu na cidade do Rio de Janeiro, então capital do Império, no dia 15 de dezembro de 1872, filho de Antônio José Machado e de Alzira Cristina de Melo.

Bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Recife em 1892. Um ano antes de colar grau, iniciou sua vida profissional como funcionário público na Estrada de Ferro Central do Brasil, onde permaneceu até setembro de 1892. Em 1894 obteve o título de doutor em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro, passando no mesmo ano, no mês de abril, a fazer parte do quadro docente da instituição. Paralelamente à carreira de professor dedicou-se à advocacia, atividade desenvolvida na cidade do Rio de Janeiro a partir do ano de sua formatura.

DEPUTADO FEDERAL

Um dos mais importantes políticos cariocas na Primeira República, o florianista Irineu Machado iniciou sua trajetória política na Câmara dos Deputados lançando-se candidato avulso pelo 2º distrito da capital federal no pleito de 1896. Eleito, passou a engrossar as fileiras do grupo político liderado por Francisco Glicério, chefe do Partido Republicano Federal (PRF), que na época fazia oposição a Prudente de Moraes, então presidente do país (1894-1898). A militância nas fileiras gliceristas lhe valeu, mais adiante, a acusação de envolvimento no atentado a Prudente, em novembro de 1897, que ocasionou a morte do ministro da Guerra, marechal Carlos Machado Bittencourt.

Durante o governo Campos Sales (1898-1902), aproximou-se de políticos cariocas de perfil mais moderado, reelegendo-se deputado federal em 1903 com o apoio do Partido Republicano do Distrito Federal (PRDF), chefiado por Augusto de Vasconcelos, liderança com quem rivalizaria na política carioca até a morte do prócer do PRDF, em 1915. No quadriênio seguinte, de Rodrigues Alves (1902-1906), esteve à frente de facções políticas

que deram apoio ao prefeito Pereira Passos.

Na Câmara, exerceu mandatos consecutivos, como membro da bancada carioca, de 1897 até 1911, participando das comissões de Diplomacia e Tratados (1897), Constituição, Legislação e Justiça (1899) e Constituição e Justiça (1910). Sua atuação no período foi pautada pela defesa do funcionalismo público, do operariado, dos interesses Distrito Federal, e pelo combate ao que chamava de desmandos do Estado e oligarquização do poder.

Crítico das práticas políticas do senador Pinheiro Machado (RS), entre 1906 e 1915, período em que o líder gaúcho exerceu maior ascendência sobre a política nacional, afastou-se do situacionismo. Nas eleições de 1909, voltou a se lançar candidato avulso. Com a vitória no pleito, no exercício do mandato manteve postura independente, declarando em diversas ocasiões à imprensa carioca ser socialista e estar à espera da construção de um partido com esse perfil.

Na Campanha Civilista, movimento que lançou a candidatura dissidente de Rui Barbosa à presidência da República para o pleito de março de 1910, teve destacada atuação. Defendendo a regeneração dos costumes políticos, tornou-se a principal voz do “civilismo carioca,” transformando Nilo Peçanha e Hermes da Fonseca, na ocasião, respectivamente, presidente da República e candidato situacionista à presidência, em principais alvos de seu discurso.

Ainda em 1909, usou a tribuna da Câmara para denunciar o uso da violência e da fraude nas eleições municipais de 31 de outubro. Foi também o autor do *habeas corpus* (nº 2.794) em favor dos intendentos eleitos (maioria civilista) para o Conselho de Intendência Municipal (órgão legislativo local da cidade do Rio), que foram impedidos de dar prosseguimento aos trabalhos legislativos em virtude do decreto federal que ordenou o fechamento da Casa.

Em 1912, após ser eleito deputado pelo Distrito Federal e por Minas Gerais, optou pela cadeira na bancada mineira, desenvolvendo uma atuação legislativa sem maior projeção. Em 1915 retornou à representação carioca, apesar de também ter sido eleito para a bancada mineira. Integrou a Comissão de Tomada de Contas, consecutivamente em 1915 e 1916.

Permaneceu, no entanto, por pouco tempo na Câmara. Com a vaga aberta devido à morte de Augusto de Vasconcelos, senador pelo Distrito Federal, elegeu-se para o Senado em março de 1916, renunciando à cadeira de deputado em julho. Nessas eleições, disputando com Tomás Delfino dos Santos, com o apoio de lideranças do PRDF, como Alcindo Guanabara, e do grupo político reunido em torno do Partido Autonomista da capital, liderado pelo intendente municipal Mendes Tavares.

SENADOR

No Senado, Irineu Machado foi membro das comissões de Constituição e Diplomacia (1920) – responsável pela elaboração de pareceres sobre vetos dos prefeitos do Distrito Federal a projetos de lei elaborados pelo Conselho Municipal –, Justiça e Legislação (1921, 1922) e Finanças (1922). Em seu primeiro mandato como senador, usou a tribuna para continuar defendendo o Conselho Municipal e a autonomia político-administrativa da cidade do Rio de Janeiro. Atacou, em várias ocasiões, Carlos Sampaio, prefeito do Rio entre 1920 e 1922, acusando-o de sofrer de “vetomania”, devido ao grande número de vetos opostos a projetos de lei elaborados pelos intendentes municipais. Apresentou também projeto de lei que tornava feriado nacional a data de 1º de maio.

Em 1921, voltou a desempenhar papel de destaque nos debates em torno da sucessão para a presidência da República. No plenário do Senado, defendeu as candidaturas dissidentes de Nilo Peçanha e J. J. Seabra, que deram origem à Reação Republicana. Mais adiante, foi acusado de envolvimento no caso das “cartas falsas,” missivas divulgadas pelo jornal *Correio da Manhã*, supostamente enviadas pelo candidato oficial Artur Bernardes a Raul Soares, contendo referências desrespeitosas aos militares.

Em 1924, experimentou os desdobramentos da sua ação na campanha para as eleições presidenciais de 1922, sendo “degolado” no processo de reconhecimento dos eleitos para o Senado. Fora do Congresso, embarcou para a Europa, onde permaneceu por três anos. De volta ao Brasil, já na presidência de Washington Luís (1926-1930), elegeu-se para o Senado pelo Distrito Federal.

Chamado de “formidável demolidor” pelos redatores do jornal *O País*, em função dos discursos irônicos e polêmicos proferidos nas tribunas da Câmara e do Senado, colecionou muitos desafetos e um grande número de apelidos, como *Tácito de 3ª classe*, *Piolho de Cobra* e *Ofídio barbado ainda não estudado pelo Instituto Butantã*.

Apesar de sua trajetória política ter sido marcada por vinculações com movimentos que questionaram o modelo político vigente na Primeira República, em 1930, ao contrário de grande parte da oposição parlamentar, apoiou a candidatura oficial de Júlio Prestes contra a candidatura dissidente de Getúlio Vargas. Com a vitória da Revolução de 1930, abandonou a vida político-partidária.

Faleceu na cidade do Rio de Janeiro no dia 13 de novembro de 1942.

Foi casado em primeiras núpcias com Eleonora de Carvalho e, em segundas núpcias, com Bráulia Pascoal Lopez.

Publicou *A intervenção no Ceará – Habeas corpus impetrado a favor da Assembleia Legislativa Cearense* (1914); Prefácio à compilação e tradução direta do texto polonês da *Constituição da República da Polônia* (1939), e *Contra o militarismo*, em *Rui Barbosa. Campanha eleitoral de 1909 a 1910* (1910).

Surama Conde Sá Pinto

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; CÂM. DEP. *Anais* (1897-1916); CASTRO, S. *República*; CONNIFF, M. *Política* (p. 95); FREIRE, A. *Fazendo*; LEITE NETO, L. *Catálogo biográfico*; LIMA, J. *Figuras*; SENADO. *Anais* (1916-1930); VIEIRA, J. *Cadeia*.